

# O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional

*The dispute about the unthinkable: schools, the body's management and the institutional homophobia*

**Marco Aurélio Máximo Prado**

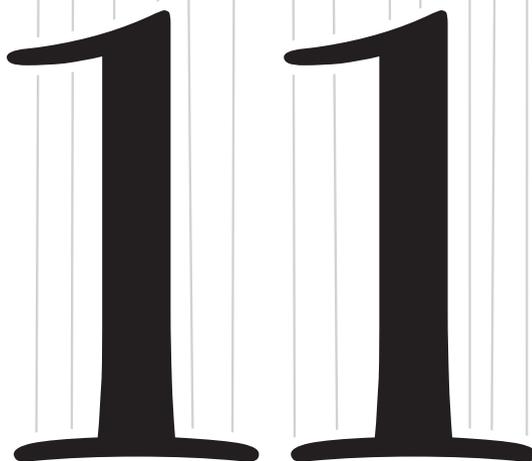
*Professor no Programa de Pós Graduação em Psicologia.  
Pesquisador no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG.  
Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP. mamprado@gmail.com*

**Daniel Arruda Martins**

*Graduado em Psicologia e Mestrando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Ativista do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual. danielarruda@ymail.com*

**Leonardo Tolentino Lima Rocha**

*Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais.  
Integrante do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT.  
Ativista do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual.  
leonardotolentino@gmail.com*



## Resumo

Este texto apresenta uma reflexão sobre a homofobia institucional, sua dinâmica e funcionalidade para a manutenção das hierarquias sociais e sexuais. Ao mesmo tempo, busca evidenciar, no contexto de uma universidade pública brasileira, a importância da emergência dos grupos universitários LGBT como sujeitos políticos capazes de deslocar a lógica da classificação social. A partir de estudo de caso de dois acontecimentos contraditórios, buscou-se compreender quais paradoxos envolvem a questão da homofobia institucional nas escolas e quais as possibilidades de intervenção a partir da política pública.

Palavras-chave: Homofobia. Escola. Sujeitos políticos. Grupos universitários LGBT.

## Abstract

This paper presents a reflection of institutional homophobia, and its dynamic and feature to the maintenance of social and sexual hierarchies. At the same time, this article aims to evidence, in a context of a Brazilian public university, the importance of the emergence of university groups LGBT as political subjects capable of moving the logic of social classification. From the case study of two contradictory events, this sought to understand paradoxes surrounding the issue of institutional homophobia in schools and the possibilities of intervention from public policy.

Keywords: Homophobia. School. Political Subjects. LGBT Student Groups.

## Introdução

Este texto toma para reflexão a homofobia institucional como um elemento que se apoia na manutenção da hierarquização e inferiorização social na universidade pública e a emergência de um ator institucional que busca a desclassificação, segundo Rancière (1996), inaugurando uma ação política no âmbito institucional relacionada ao combate às práticas homofóbicas. Para discutir essa questão, utilizamo-nos de dois acontecimentos no cotidiano da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tomamos esses acontecimentos como um estudo de caso que pode revelar a complexidade das práticas homofóbicas institucionais, sua dinâmica e a emergência dos sujeitos políticos LGBT. Os acontecimentos que utilizamos são: a ação do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!) e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) na Universidade Federal de Minas Gerais frente à homofobia institucional no interior desta; e também a organização e implementação da capacitação que temos realizado, com educadores/as da rede pública das cidades de Belo Horizonte e Contagem, sobre homofobia nas escolas, por meio da UFMG, do GUDDS! e do NUH.

Utilizaremos esses dois acontecimentos porque eles remontam a um mesmo lócus: *a universidade, portanto, a escola*. Tratam de uma mesma questão: *a homofobia e a política do armário, portanto, do preconceito*. Também porque envolvem os mesmos atores sociais institucionais: *pesquisadores/as, estudantes, professores/as e ativistas!* Temos, por conseguinte: o lócus – uma instituição da política pública; o fenômeno – o preconceito e a violência homofóbica; e os atores em jogo – ativistas, estudantes e professores/as!

Assim, por meio desses acontecimentos, pretendemos, com um estudo de caso, evidenciar o quanto as práticas homofóbicas deslocaram-se historicamente para o terreno do impensável e qual a relevância da emergência dos grupos universitários LGBT no interior da instituição escolar. Compreender o paradoxo que esses acontecimentos revelam faz-se importante para pensarmos a emergência de sujeitos políticos no âmbito das escolas e das universidades e como eles inauguram o processo de criação do litígio sobre o impensável, podendo, assim, influenciar as políticas públicas.

Além disso, essas questões incidem diretamente na noção de políticas públicas e na gestão dos corpos e das funções em uma sociedade. Ou seja, nossa argumentação vai ao centro da ideia de política para interpelar as possibilidades de enfrentamento à homofobia no interior das instituições.

Afinal, é ainda no campo do não nomeado e do impensável que a homofobia se apresenta como um mecanismo que é produto e produtor das hierarquias sexuais e sociais (RUBIN, 1984), das violências e das naturalizações das normas de gênero (BUTLER, 2006).

Nossa compreensão é a de que o duplo aspecto da noção de norma, discutida por Butler (2006) a partir de Foucault, evidencia o quanto a norma implica diretamente a formação e orientação das ações, mas também a normalização que alimenta a construção das coerções sociais. A norma é tomada na sua duplicidade, o que revela que ela se dá na criação da inteligibilidade do social e fornece o sentido da coerência, por constituir a sua própria ordenação. Nesse sentido é que reside a violência da normalização, a qual cria um terreno sobre o impensável para a violência homofóbica, já que a esta corresponde uma certa coerência que se encontra implícita no cotidiano da legitimidade institucional. Por esse motivo, a prática de violência homofóbica insiste em não ser nomeada como tal, neutralizando a potencialidade de possíveis antagonismos sociais. Ou seja, é através da ação do preconceito, como elemento de conservação cognitiva e social das hierarquias invisibilizadas, que se constrói e dinamiza-se o terreno do impensável. Portanto, se o impensável não se revela como um limite da percepção, mas como uma violência que esconde a violência da não nomeação, elemento fundamental na manutenção das hierarquias sociais pré-reflexivas, necessário se torna o seu enfrentamento. Assim, poderíamos dizer que o preconceito é um paradoxo que busca esconder um outro paradoxo: a historicidade e a contingência das relações sociais (PRADO; MACHADO, 2008).

### **Políticas e sujeitos: normalização, instituição e gestão dos corpos**

Antes de entrar nos acontecimentos, é preciso esclarecer o uso que estamos fazendo de alguns conceitos para uma melhor compreensão argumentativa: *políticas públicas*, *sujeitos políticos* e *escola*. Uma precisão conceitual desses termos nos ajudará a compreender a complexa relação entre os sujeitos, o preconceito e as instituições. O epicentro de nosso argumento é não dicotomizar as noções de *política* e de *sujeito*, tendo em vista que a própria concepção de política aqui trabalhada exige uma concepção de sujeito.

Na contemporaneidade, políticas públicas e sujeitos políticos são termos que ganharam tanta notoriedade que se tornaram de imprecisa definição, sobretudo dado o esvaziamento da carga simbólica que enfrentam. Percebe-se que a profusão de reconceituação e ressignificação desses termos

colabora também para uma mudança completa de sua potencialidade descritiva. Nossa compreensão sobre política e sujeitos políticos está centrada no trabalho do filósofo Jacques Rancière.

Para Rancière (1996), a política se define pela sua capacidade de desclassificação dos lugares e das gestões dos corpos, motivo pelo qual, distante de ser um terreno de consensos e programáticas técnicas, a política está no centro da capacidade de criarmos desentendimentos. Porém, para tal, o autor redefine os termos *polícia* e *política*. Ele argumenta simultaneamente a favor de um movimento de expansão e encolhimento dos conceitos de *política* e *polícia* como uma forma de reconceituá-los, colocando no epicentro da questão a emergência de sujeitos políticos na desclassificação da norma. Expandir o conceito de *polícia* e encolher o de *política* é a tarefa que poderá nos ajudar nas possibilidades da criação da própria ação política.

Ao conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho então dar a este conjunto de processos outro nome. Proponho chamá-lo de polícia, ampliando, portanto, o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções da vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

A partir dessa conceituação é que iremos trabalhar nossa compreensão de políticas públicas, que se definem pela agregação e consentimento de coletividades, criando uma organização dos poderes e dos corpos, distribuindo lugares e funções sociais. No entanto, isso não carrega, como deixa evidente o autor, nenhum aspecto pejorativo, mas uma dinâmica de funcionalidade. Ao organizar os corpos e suas funções, as políticas públicas, agora no âmbito da polícia, criam também um sistema de legitimação da própria distribuição na qual ela está implicada.

É exatamente esse conjunto de legitimidades, esse sistema de legitimação, que busca contribuir para a manutenção das identidades. A partir daí, essas identidades poderão entrar em negociação sobre as suas diferentes posições de fala. Ou seja, a situação de fala já está constituída e normalizada,

assim como os atores e os possíveis objetos em disputa. Logo, trata-se de política e não de política, segundo Rancière (1996). Dessa forma, trata-se de identidades e não de sujeitos políticos. As identidades são mais fixas, cotidianas e reguladas, já que se constituem no conjunto do sistema de legitimação da norma e das atribuições sociais. Veremos, então, que se a política pública pode ser compreendida na perspectiva da política, o que seria a política nesse universo? Se pensarmos sobre o necessário enfrentamento às práticas homofóbicas que a política pública poderá realizar, como poderíamos vislumbrar essas questões apontadas por Rancière? Ora, apenas para tomar um exemplo, poderíamos imaginar as características da dinâmica da política no programa de capacitação de professores/as para o combate à homofobia. O que temos encontrado, em nossa própria experiência, é que a aparente eficácia da capacitação se dá quando o professor reconhece que o que está acontecendo é uma nova organização dos poderes e a gestão da população, recolocando uma distribuição nova dos corpos em comunidade. E, para isso, faz-se importante a revalorização das práticas identitárias e da fixação identitária. Não por outro motivo, a questão da identidade LGBT tem sido um forte instrumento para a criação de consentimento entre os/as educadores/as e para sensibilizá-los/as na compreensão do preconceito na escola.

Mas isso ainda diz pouco sobre a lógica da desclassificação, que é exatamente a ação única capaz de enfrentar o preconceito, já que ele tem mais poder quando está normalizado em nosso cotidiano. Nessa condição, não assume a interpelação e nem demanda algum esforço de reflexão, tornando-se, instrumentalmente, um conteúdo no terreno do impensável. Assim, pode-se perceber que capacitar professores/as e construir política pública sem a preocupação da emergência dos sujeitos políticos no âmbito das escolas e sem a experiência da desclassificação dos lugares nem sempre será tão eficaz no combate ao preconceito, já que este exige um esforço de desvelamento do paradoxo da invisibilidade que ocupa. Aqui, faz-se importante compreender que o preconceito, nessa visão, instala-se como um mecanismo importante para o mundo público, já que colabora para o jogo normal da dominação (RANCIÈRE, 1996).

Pode-se dizê-lo de outro modo: a política não advém naturalmente nas sociedades humanas. Advém como um desvio extraordinário, um acaso ou uma violência em relação ao curso ordinário das coisas, ao jogo normal da dominação. Esse jogo normal é a transição de um princípio de dominação a um outro. [...] A política advém nas

sociedades como uma ruptura no processo de passagem de uma lógica da dominação a outra, do poder da diferença no nascimento ao poder indiferente da riqueza (RANCIÈRE, 1996, p. 371).

O preconceito, nessa visão, é tido como um mecanismo de manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social, o que, por si só, já revela seu estado de violência e ódio. Essa operação funcional tem sua própria dinâmica apoiada na naturalização das inferiorizações sociais e em sua legitimidade cognitiva e institucional, atuando na repetição do jogo normal da dominação, conforme indica Rancière (1996).

Porém, qual é a relação entre essa visão do preconceito e a política? No âmbito do preconceito social, fica evidente que a atribuição social negativa, como uma forma de simplificação das práticas sexuais, sustenta-se em meio a outras formas de desigualdade social e política.

Essa visão distancia-se completamente do senso comum. Poderíamos então concluir que a noção de polícia nunca é estabilizada conclusivamente, mas que para a sua manutenção é necessária uma série de práticas sociais, econômicas e, sobretudo, políticas. Assim, é condição fundante das políticas públicas a exclusão de alguma diferença, criada pela própria normalização. A pergunta inspiradora de Butler (2006) nos ajuda a compreender o lugar da norma como violência.

Está claro que hay buenas razones por las cuales algunos órdenes deberían ser desbaratados. El orden de la inteligibilidad de género, por ejemplo, bien puede calificarse como uno de estos tipos de órdenes. ¿Pero tenemos alguna forma de distinguir entre la función de la norma como socialmente integradora y el valor de la “integración” bajo condiciones sociales opresivas? En otras palabras: ¿cuando se dice que la norma está preservando el orden, no es ésta una función inherentemente conservadora de la norma? ¿Qué ocurre si el propio orden es excluyente o violento? (BUTLER, 2006, p. 312).

Logicamente que podemos então partir do princípio de que as políticas públicas, como arranjos da polícia, no argumento de Rancière, utilizam-se da norma para preservar a ordem. E, exatamente nesse ponto, aparece a ambiguidade da norma, que estabiliza a ordem a partir da exclusão de elementos que se colocam críticos à própria ordem. Portanto, a norma é condição fundante da própria crise. Ou seja, aquilo que os consentimentos deixam de fora do ponto de vista político.

Isso significa que a política cria um universo de bem comum, e o que nos interessa aqui é que esse universo não é apenas um contrato entre os atores racionais e suas identidades fixadas, mas um conjunto de práticas que cria a sua própria crise, a sua própria crítica e o seu próprio deslocamento. Portanto, a política institui-se através de um paradoxo: cria e limita o universo da polícia ao mesmo tempo.

O conceito de política que Rancière (1996) articula também nos ajuda a analisar a emergência dos sujeitos, pois se distancia completamente da ideia de sujeitos na política como racionais, unitários ou protagonistas da história. Ou seja, para ele, sujeitos não correspondem à transparência, à temporalidade ou à capacidade de razoabilidade consentida. Sujeitos políticos são emergentes do litígio do consentido. São, segundo o autor, enunciados dos não contados, são discursos dos quais anteriormente só escutávamos ruídos, são vozes das quais só se ouviam barulhos.

Assim, nessa visão, são eles uma perturbação da polícia, uma conturbação do curso do consentimento; produzem modificações no que é o dizível, o contável e o visível. São eles um duplo porque “só existem por sua distinção em relação a qualquer grupo social, a qualquer parte da sociedade ou função do corpo social. O que os constitui é o próprio litígio” (RANCIÈRE, 1996, p. 377). São atos de precariedade e não de permanência, já que colocam em litígio as bases dos consentimentos e das formas de legitimação social.

O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. Assim, os sujeitos políticos são entendidos como – sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto são sempre precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização da sua parte (RANCIÈRE, 1996, p. 378).

Indubitavelmente, apresenta-se o risco de confundirmos os sujeitos políticos com parte da política pública! Ou seja, o risco de que a precariedade dos sujeitos políticos se transforme na fixação das identidades, que apenas “pedem a otimização da sua parte”, mas não criam o litígio do mundo do sensível, a desclassificação. Os sujeitos políticos, capazes que são de uma universalidade virtual, podem imaginar um mundo que não existe; podem, portanto, criar nomes para o não nomeado, criar território para o ainda impensável, ação fundamental de enfrentamento das hierarquias do preconceito.

Se a política é um desvio singular do curso “normal” da dominação, isso quer dizer que está sempre ameaçada de se dissipar. Ora, a forma mais radical dessa dissipação não é o simples desaparecimento, é a confusão com seu contrário, a polícia. O risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo (RANCIÈRE, 1996, p. 378).

Tomando então estes conceitos – política e polícia – é que pretendemos discutir a dinâmica da homofobia institucional, sua invisibilidade como uma prática da gestão dos corpos e da manutenção das hierarquias sexuais (RUBIN, 1984). Ao mesmo tempo, pretendemos, com essa perspectiva teórica, compreender o esforço que a emergência de novos sujeitos políticos, nesse contexto, pode significar na nomeação do impensado, portanto, na criação de uma disputa sobre a ordem das classificações. Entretanto, veremos mais adiante os paradoxos que essas questões têm, na prática, incitado à instituição escola, seja no âmbito das universidades, seja no âmbito das escolas de ensino fundamental da rede pública. Veremos também quais são os dilemas que estamos enfrentando a partir da emergência de sujeitos políticos nesses contextos institucionais que desafiam a classificação do impensável. Antes de dar esse passo, faz-se fundamental apresentar nossa concepção acerca da escola como uma instituição social no terreno da política.

Falamos aqui da instituição escola-universidade como uma das instituições da esfera pública. Inaugurada para ser um dos braços da república, seu sentido republicano mais nobre é o de formar cidadãos para o mundo público. A escola pública e a política pública de educação são instituições políticas num sistema de governação.

Assumir esse pressuposto tem uma consequência direta: identificarmos a escola como instituição política e não como instituição técnico-educativa apenas, ou seja, ela faz parte do universo da polícia e da política paradoxalmente. A partir disso, temos um ponto importante a ser incorporado à nossa discussão, pois se a escola é uma instituição política, ela precisa, no mínimo, colocar-se na esfera pública como uma instituição que faça a expansão do público. Ora, vejamos o que isso significa. A política é o reino do conflito e não do consenso, como vimos no pensamento de Rancière. A esfera da política pode ser entendida a partir de duas instâncias. Na primeira, temos a polícia – conjunto de práticas sociais e institucionais que busca regular os conflitos e as diferenças, instituindo um conjunto de discursos, práticas sociais e culturais capazes de estabelecer a regulação dos conflitos, os quais muitas vezes ainda não estão nomeados, não ganharam discurso racional e equilibrado. Desse

modo, a polícia pode ser considerada instância de gestão dos lugares e classificações sociais. No entanto, a esfera da política não é só isso. Ela também é constituída pela própria política, ou seja, pelo espaço do conflito não regulado, mas que concorre muitas vezes, de forma hostil, para interpelar as bases da polícia. Assim é que a esfera da política pode ser definida como sendo o espaço que cria e limita o social (LACLAU; MOUFFE, 1996).

Ora, se a escola é, ou pode ser entendida como, uma instituição da esfera da política, então ela terá de lidar com a regulação e a norma. Mas não só, terá também de se ater ao conflito que ainda não se institui como fala, mas pode ser encontrado no silêncio, na violência ou nos antagonismos contemporâneos (MOUFFE, 2005). Ou seja, sendo um braço da esfera da política, a escola é, por excelência, o espaço não da regulação, mas, ao mesmo tempo, da afirmação e da interpelação da regulação, da sua crise e da sua crítica. Ela é parte do mundo comum instituído pela própria divisão. Por isso, a escola precisa ser contraditória, laboratório de experiências da inovação do cotidiano, espaço que disponibiliza instrumentos, criados através dos conflitos e da regulação, capazes de nomear as experiências de sociabilidade, sem necessariamente impor hierarquias valorativas para cada uma delas. Dessa forma, se a escola é uma instituição da política, ela não é uma instituição da moral.

O que queremos dizer com isso é que a esfera da política permite-nos ver os mecanismos de construção social e histórica das hierarquias e a esfera da moral, não. Por quê? Vejamos esse ponto tomando como exemplo a própria questão das sexualidades, ou melhor, das heterossexualidades e das não heterossexualidades no contemporâneo. No âmbito do preconceito social, fica evidente que a atribuição social negativa, como uma forma de simplificação de algumas experiências sexuais, sustenta-se em meio a outras formas de desigualdade social e política. Pode-se dizer que os mecanismos de subalternização, nesse caso, foram delineados a partir da moralização da sexualidade, despolitizando e relegando para o espaço privado e individual relações de opressão instaladas na hierarquia social, liberando, dessa forma, a escola republicana de sua tarefa principal: o alargamento do campo do político.

A migração de fenômenos políticos para o registro da moral evidencia a fragilidade dos arranjos democráticos do Estado moderno que, apenas aparentemente, oferece a garantia dos direitos de liberdade e igualdade postos pela própria modernidade. Essa fragilidade faz com que o campo do político seja colonizado por um vocabulário moral escorregadio, uma vez que não pode ser interpelado pela argumentação pública instalada pela emergência de novos sujeitos políticos, ou seja, aqueles/as que revelam as bases do dissenso, muitas vezes tomados/as pelo silêncio ou pelo barulho excessivo.

Mouffe (2005) aponta que o fenômeno da migração de conflitos políticos para o registro moral tem transformado o debate sobre as orientações das ações de uma sociedade em antíteses maniqueístas, em vez de instalar uma disputa política de interesses, posições e formas de posicionamentos dos sujeitos coletivos.

O que eu quero indicar é que, ao invés de ser construída em termos políticos, a oposição nós x eles é agora construída de acordo com categorias morais de “bom” versus “mau”. O que essa mudança de vocabulário revela não é, como seria entendida, que a política tem sido substituída pela moralidade, mas que a política está sendo argumentada no registro da moral. É neste sentido que eu estou propondo a compreensão da “moralização” da política – para indicar não que a política tem se tornado mais moralizada, mas que, nos dias atuais, antagonismos políticos têm sido formulados em termos de categorias morais (MOUFFE, 2005, p. 75).

A colonização da esfera da política, através de uma gramática moral, impede que as opressões sociais produzam antagonismos políticos que revelam, em uma dada ordem social, a historicidade de seus arranjos simbólicos e estruturais, uma vez que os discursos e as práticas não se revelam como contingentes, mas como possuindo características naturais, psicológicas ou espirituais depositadas nos indivíduos (PRADO; MACHADO, 2008). Não por outro motivo, o enorme esforço que ativistas, pesquisadores/as e profissionais têm feito no Brasil, desde a sua emergência, no fim dos anos 1970, tem sido o de inserir as questões relativas às homossexualidades no campo da política, ou seja, tornar visíveis, nos registros da política e da argumentação pública, os conflitos que derivam do político. Inserir no campo da política os elementos constituintes do preconceito sexual é transformar não só a própria esfera da política, mas é, também, um trabalho cotidiano e contínuo de conscientização do próprio grupo social envolvido. Logo, transformar desejos e formas de amar em questões da esfera pública produz uma dinâmica de mudança na organização dos grupos sociais que pode ser das mais relevantes para a democratização das formas de poder de uma sociedade e dos indivíduos em seu cotidiano. Ou seja, reside aí a emergência do litígio, apontada por Rancière anteriormente. Como nos lembra o autor, democracia significou inicialmente um insulto, um nome inventado para designar que governam aqueles que não têm título para governar! Portanto, a desordem das classificações.

Democracia é uma daquelas palavras cuja carga simbólica originária esquecemos. Esquecemos que não é

primeiramente o nome de um regime político numa classificação objetiva dos diferentes regimes, mas o nome de um desvio singular no curso normal dos assuntos humanos. Cumpre lembrar que o nome democracia foi inicialmente um insulto, um nome inventado não pelos democratas, mas por seus adversários para designar uma coisa para eles grotesca e impensável (RANCIÈRE, 1996, p. 370).

### **Homofobia e a dinâmica do impensável: o preconceito**

Pensar a homofobia e a política do armário (PERÉZ, 2004), ou seja, o preconceito, exige-nos compreender essas práticas não como meramente individuais, mas, sobretudo, como consentimentos de práticas sociais, culturais, políticas e econômicas. O termo *econômica* nesse contexto é proposital para fazer referência à divisão pouco convincente entre a cultura e o núcleo duro da economia política<sup>1</sup>. Assim, a homofobia deveria ser pensada como um consentimento social praticado por todos nós que pactuamos em algum nível esse mundo do sensível que exclui e inclui. Exclui porque o consentimento pressupõe a exclusão de algo – os não contados, e inclui porque busca, através da política do armário e do preconceito, integrar nas bases do consentimento, portanto, da polícia, as diferenças, ainda que de forma subalternizada. Desse modo, deseja que os sujeitos sejam confundidos com o corpo social, que os sujeitos políticos se integrem no pactuado através do reconhecimento identitário.

Estamos, portanto, frente a fenômeno pouco explorado e muito complexo, porque o preconceito homofóbico atua não só no nível individual, como já alguns autores evidenciaram (BLUMENFELD, 1992; BORRILLO, 2001). Outros autores sugerem que focalizar a homofobia apenas no nível individual acaba por ignorar mecanismos sociais, relacionais e intersubjetivos da construção da homofobia como um sistema de opressão que abrange os âmbitos intraindividual, individual, interacional, institucional e social (PELEGRINI, 1992). Dada a sua complexidade, faz-se mister considerarmos que a homofobia como uma manifestação de preconceito tem sua dinâmica e sua funcionalidade. Nosso principal argumento é que, na sua dinâmica, a homofobia assume o lugar do impensável, portanto, daquilo que não possui palavras, rede de significação e nomes para existir no mundo público. E, do ponto de vista de sua funcionalidade, exerce a proteção das fronteiras sexuais e

---

<sup>1</sup> Para excelente discussão sobre essa falsa dicotomia tão comum nos discursos científicos atuais, ver BUTLER, Judith. *El Marxismo y lo meramente cultural*. *New Left Review*, n. 2 Mayo-Junio, 2000. 109-121.

de gênero (BLUMENFELD, 1992). Para tanto, articula-se em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e dominação de uns sobre outros. Legítima, assim, a manutenção da inferiorização e subalternização no interior das hierarquias sociais (PRADO; MACHADO, 2008).

O preconceito opera, ao mesmo tempo, na dimensão do indivíduo e da coletividade, não podendo ser compreendido apenas na dimensão da racionalidade individual, uma vez que se estrutura a partir de um conjunto abstrato de valores sociais que só encontra substância no comportamento individual. Isso nos permite dizer que o preconceito instala-se por meio de nossa incapacidade de vermos o invisível, o que faz desse mecanismo algo supostamente paradoxal, porque quanto mais verdadeiro se proclama, mais fundamentado está nas crenças que necessita ocultar (PRADO; MACHADO, 2008).

Na verdade, este suposto paradoxo visa, em última instância, esconder um outro paradoxo fundamental da modernidade, que, ao declarar os princípios antropocêntricos de liberdade e igualdade, revela o abismo linguístico que dicotomiza os conceitos de indivíduo e sociedade. Este segundo paradoxo pode ser ameaçado já que ele nos obriga a reconhecer a historicidade dos valores morais, pois relativiza os próprios valores que nos constituem, retirando qualquer estabilidade, permanência e universalidade contidas em nossas identidades e práticas culturais (PRADO; MACHADO, 2008, p. 74).

Podemos dizer que é por esses motivos que não nos interrogamos sobre as razões pelas quais nossas instituições e cultura incentivam formas de violência contra as homossexualidades e práticas que rompem as normas e fronteiras sexuais e de gênero. Isso ocorre principalmente porque os mecanismos da classificação criam conteúdos pré-reflexivos capazes de naturalizar e normalizar determinados códigos sociais e históricos (PRADO; MACHADO, 2008). Esses códigos normalizadores que regulam as relações sociais não permitem que as hierarquias sexuais e seu sintoma, a homofobia, adquiram visibilidade pública na condição de injustiça social, uma vez que foram naturalizadas e assimiladas pela lógica da simplificação, da estereotipia e da classificação.

A homofobia tem, portanto, essas características, já que pode ser compreendida pelas complexidades que ensejam o preconceito social. Ela possui assim sua dimensão psicológica e social. Do ponto de vista psicológico,

romper com a homofobia assimilada diz respeito a superar as barreiras impostas pelo conjunto de valores assumidos como corretos e legítimos. Do ponto de vista social, impede que outras formas de legitimação sejam publicizadas e construídas, articulando-se com relações de poder hierárquicas e assimétricas, criando para si um terreno inalcançável pelo discurso e pela nomeação – o terreno do impensável. Lá onde reside o fortalecimento das hierarquias de um sistema de opressão que abriga a violência, a inferiorização e o ódio.

Terreno nomeado aqui de impensável, já que não é tomado como pensamento pelo mundo institucional e seu corpo social. Poderíamos então supor que o fenômeno do preconceito contém em si um paradoxo: ele nos integra e nos divide. Como consideramos anteriormente, o preconceito é aquele mecanismo social que nos impede de “ver” que “não vemos” e “o que é que não vemos”, configurando-se assim como o limite da nossa percepção social e não permitindo a denúncia de que essa percepção é limitada (PRADO; MACHADO, 2008). Esse é o motivo pelo qual a sua face conservadora é a da manutenção da agência dos corpos e das funcionalidades, portanto, das hierarquias sociais integrativas ou do *jogo normal da dominação* muitas vezes vivido como relação natural, por conseguinte, impensada.

Justifica-se, assim, os esforços concentrados entre ativistas, militantes, pesquisadores/as e alguns agentes públicos de tornar a homofobia e a política do armário um elemento dizível, visível e contável<sup>2</sup>. Logo, o esforço é o de ver que não vemos e o que não vemos. Ou seja, identificarmos os limites de nossa própria percepção da realidade. Identificarmos no impensável uma racionalidade própria, a da política. Motivo pelo qual a homofobia e a política do armário criaram violências de toda ordem e talvez uma das piores violências, que é aquela que não entrou no terreno do pensável, do consentido. Não é traduzida como prática de violência, nem como manutenção da hierarquia sexual. Ela é traduzida como prática institucional da garantia da manutenção do consentimento, é interpretada institucionalmente como um elemento de gestão dos corpos e das funções sociais necessárias para a integração social. Aí

---

<sup>2</sup> Importante ressaltar que esse caráter histórico do impensável tem revelado no contexto atual brasileiro um esforço de nomeação, de visibilidade e de contabilidade. Isso não tem ocorrido, porém, sem equívocos, já que se instala no processo de desclassificação um conjunto de novas relações ainda não normatizadas, sobretudo se considerarmos que tal processo é um curso não normal da reprodução das lógicas de dominação. Pode-se perceber, por exemplo, que a própria nomeação desse complexo processo chamado homofobia apresenta-se bastante frágil, já que, por falta de um nome, recorre ao conceito de fobia que se apresenta realmente distante de descrever a complexidade de um ato coletivo, social, institucional, econômico, político e individual. Além disso, o esforço de fazer esse impensável se transformar em contável tem encontrado um certo conjunto de dados estatísticos que muitas vezes são apresentados como argumento político, mas com fragilidades metodológicas. Importante ressaltar que tal contexto tem revelado a necessidade urgente de o Estado criar mecanismos institucionais para o enfrentamento dessas questões.

reside o impensável, o terreno daquilo que não tem palavras para sua aparição. Como bem identifica Butler (2006), na apreensão foucaultiana sobre a norma, seria possível reconhecermos que a norma cria a integração social excluindo elementos e talvez aí resida a sua violência, que não é apresentada como tal. A conservação das hierarquias sociais e sexuais é assim retroalimentada cotidianamente pelo que Rancière denominou o curso normal da dominação quando se trata dos assuntos humanos.

De posse então destas demarcações: escola, sujeitos políticos e política, homofobia e preconceito, sigamos em frente com o estudo de caso dos dois acontecimentos: a homofobia institucional na Universidade Federal de Minas Gerais e a formação e capacitação de professores/as da política pública de educação, desenvolvida pela mesma universidade, para lidar com a homofobia na prática cotidiana da escola pública de ensino básico, fundamental e médio. Paradoxal parece ser que a mesma instituição que pratica todo o esforço para instituir a política do armário e as hierarquias sexuais no lugar do impensável em nome de sua face republicana é a mesma que oferece aos/às professores/as da política pública o conhecimento, a formação e capacitação para nomear o mesmo impensável. Contradições que apenas revelam a complexidade da universidade no contemporâneo e que, muitas vezes, é esquecida e tomada como se essa instituição fosse um bloco monolítico de poder e conhecimento. Muito pelo contrário, as contradições são mais evidentes do que a homogeneização.

### **Dois fatos, uma instituição: preconceito, sujeitos políticos e possíveis disputas**

Vamos utilizar como ilustração o surgimento e ação do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!), que reconhece muito propriamente o quanto as lógicas institucionais na UFMG corroboram o lugar do impensável e o que tem significado a ação de estudantes LGBTs na emergência de um sujeito político institucional que tem processualmente criado a crise do consentido.

O GUDDS! nasce em 2007, quando estudantes da graduação em Psicologia começaram a discutir sobre a necessidade de ter um espaço para debater e conversar sobre suas vivências de homossexuais e lésbicas na universidade. Esse espaço deveria servir para a troca de experiências e para o estudo de textos teóricos relacionados à diversidade sexual. O sentimento de que era necessário agir politicamente para mudar uma situação que os/as subalternizava nos diversos espaços da sociedade, entre eles a universidade, já acompanhava as primeiras conversas desse grupo.

Esses/as estudantes começaram a se encontrar no campus da UFMG, em espaços abertos, com o objetivo de formar o que começavam a chamar de “Frente acadêmica pela diversidade sexual”. O grupo inicial contava com a presença de estudantes dos cursos de graduação em Psicologia, Letras, Artes Cênicas, Belas Artes e Farmácia. Logo nos primeiros encontros, outros/as vieram agregar-se ao grupo. Após cogitar os termos: frente acadêmica, coletivo e movimento, decidiu-se, em uma dessas reuniões, pela denominação “grupo”. Nascia o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual, ou GUDDS!. Nessa escolha, pesava, de forma decisiva, um desejo dos/as participantes de apresentarem-se como desvinculados/as do movimento estudantil organizado. Acreditava-se que o movimento estudantil passava por um momento de desgaste junto à maioria dos/as discentes da universidade e não seria estratégico, para a ação e desenvolvimento do grupo, apresentar-se vinculado a ele. Debateu-se também sobre a vinculação partidária do grupo e começavam a desenvolver-se entre os/as integrantes noções de diferenciação entre vinculação partidária e ação política. Seria um grupo de ação política, sem vinculação partidária e sem ligação direta com o movimento estudantil organizado.

Os primeiros encontros tiveram como objetivo criar um espaço no qual os/as estudantes podiam dizer de sua experiência enquanto homossexuais nas universidades. Nessas conversas, tanto surgiam os temas da experimentação sexual, como, por exemplo, os locais de “pegação” no *campus*, quanto a questão da saída do armário para a família e no espaço público da universidade. Mas em todos os temas o que subjazia eram a invisibilidade e a vigilância heteronormativa às quais era submetida a experiência da homossexualidade. Com esse espaço de troca de experiências, surge um dos eixos norteadores do GUDDS!: a criação de uma rede de sociabilidade para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) e também heterossexuais nos *campi*. Vale ressaltar que não participava do grupo nenhum/nenhuma travesti ou transexual, dada a refratariedade com que nosso sistema de ensino se relaciona com esses sujeitos. Através dessa rede de sociabilidade, surgem várias denúncias de discriminação contra LGBT na universidade. As denúncias variam de discriminação por parte da segurança dos *campi* à impossibilidade de se recorrer a determinados mecanismos de assistência estudantil, pois eles não reconhecem a problemática da homofobia como propiciadora de vulnerabilidades sociais, passando por relatos de declarações homofóbicas em tom jocoso, em sala de aula, por parte de professores/as. Assim, surge a necessidade de o grupo ampliar seus objetivos. Para tanto, o esforço empreendido foi no sentido de fazer reconhecer práticas naturalizadas de inferiorização e de discriminação baseadas na diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, como não naturais e, portanto,

questioná-las na esfera pública. Constituiu-se, assim, outro eixo que norteia a formação do GUDDS!: a ação política.

Dentro da proposta de ação política e reconhecendo a discriminação contra LGBT como violência a ser combatida, torna-se questão para o grupo um fenômeno que vinha acontecendo há alguns anos na universidade. Todo início de semestre, grupos de calouros/as (estudantes ingressantes no ensino superior) conduzidos/as por seus pares já iniciados/as no corpo discente da UFMG (ou seja, veteranos/as), após serem pintados/as e vários/as apenas com roupas íntimas, passavam em frente ao prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e da Escola de Belas Artes (EBA) gritando “1, 2, 3, 4... na FAFICH/Belas Artes só tem viado... 4, 3, 2, 1... eles dão pra qualquer um...”. Essa prática vinha acontecendo há anos, sem que a comunidade universitária desse conta da violência presente nesse enunciado. O GUDDS! decide entrar em contato com a administração central da universidade para questioná-la, institucionalmente, acerca da convivência do Reitorado com esse “trote”. Para isso, propôs-se que uma campanha que estava sendo empreendida junto aos/às estudantes calouros/as contemplasse o combate à homofobia. A resposta dos responsáveis pela campanha foi que ela não pretendia especificar nenhuma forma de violência, mas combater a violência “genericamente”, não podendo privilegiar grupos específicos dentro da universidade. E a resposta da reitoria, utilizando o artigo quarto do Estatuto da UFMG, foi de que “é vedado à universidade tomar posição sobre questões político-partidárias e religiosas, bem como adotar medidas baseadas em preconceitos de qualquer natureza. Assim sendo, entendemos como desnecessárias quaisquer manifestações que venham a reiterar o que o Estatuto já prescreve” (GABINETE DO REITOR, 2008). Ambas as respostas não reconhecem a homofobia como violência e, assim, naturalizam o preconceito e a discriminação contra LGBT, reificando a norma heterossexista.

Diante dessas respostas, que denunciam a localização da homofobia no lugar do impensável nessa instituição e que reconhecem tais reivindicações apenas como ruídos, o GUDDS! promove um debate público, convocando a comunidade acadêmica para discutir sobre a homofobia na UFMG e sobre o trote homofóbico. Vários atores sociais participaram desse debate: representantes dos movimentos sociais LGBT, estudantil, funcionários/as da universidade, professores/as de diversas unidades acadêmicas, representantes do poder público estadual e municipal e representantes da administração central da universidade, inclusive o reitor. Além de ter como objetivo a extinção do “trote homofóbico”, a proposta do GUDDS!, com esse debate, era publicizar o tema das homossexualidades e romper com o silenciamento que existia acerca da homofobia na UFMG.

Esses primeiros debates tornaram possível a identificação da localização discursiva dos diversos atores envolvidos. Ao trazermos para a arena pública determinados ruídos, questões ainda não ditas, propiciamos a emergência de novos agentes políticos em torno da (agora) nomeada violência contra as homossexualidades, outrora banalizada e reproduzida constantemente na UFMG. Contudo, para a Administração Central, o combate à homofobia dentro de seus *campi* continuava sendo concebido como “favor” a um determinado grupo de estudantes e não como responsabilidade institucional diretamente relacionada com a garantia e promoção dos Direitos Humanos. A própria dificuldade de “nomear” os estudantes que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais como vítimas de uma violência constante e cotidiana pode nos servir como evidência da necessidade de desclassificar os lugares normalizados e a gestão dos corpos para tornar pública e visível aquela violência que o preconceito não permite que seja enxergada como tal, ao condicionar nossa percepção social e contrair o espaço do político.

O atual posicionamento do GUDDS! em relação à homofobia na UFMG é de que a promoção e a garantia dos Direitos Humanos, de forma especial a garantia do respeito à diversidade sexual, é dever da Administração Central dessa instituição de ensino superior, já que se declara estatutariamente comprometida com a construção de um Estado verdadeiramente democrático. A compreensão é que, se esse órgão não se manifesta contra as violências a que são submetidos/as LGBT nos seus *campi*, deve-se ao fato de que a lógica institucional participa do sistema de legitimação partilhando com o silêncio numa cumplicidade com as formas de violência, legitimando sua prática e fomentando sua perpetuação e naturalização. Tal compreensão é baseada na conceituação de homofobia institucional, anteriormente apresentada, segundo a qual deveria ser pensada como um consentimento social praticado por todos/as os/as que partilham esse mundo do sensível que exclui e inclui. Atenta-se para uma dinâmica que só permite a materialização de atos de violência no comportamento individual a partir de um conjunto de valores abstratos e sociais para os quais a posição de silêncio institucional contribui fortemente para a manutenção. Nesse sentido, a citação do trote homofóbico é pautada pelo GUDDS! apenas como um exemplo manifesto de uma situação muito mais complexa e danosa. Trata-se apenas de um exemplo visível e de fácil coerção (ainda que providências eficazes não tenham sido tomadas), de uma dinâmica de preconceito e discriminação atuante no dia a dia de nossas Unidades Acadêmicas e órgãos administrativos, onde as homossexualidades são subalternizadas, por muitas vezes, de forma silenciosa, com consequências sérias, ainda que veladas.

Outro acontecimento que merece nossa reflexão, paradoxalmente, foi nossa experiência como núcleo de pesquisa na capacitação de educadores/as da rede pública e que tem sido um exemplo ímpar de que é possível pensar o impensável e sustentar formas e condições de construção de nomes e atos para esse terreno do preconceito social.

O Projeto Educação sem Homofobia insere-se dentro das diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia (2004), no âmbito da Formação de Profissionais da Educação para a Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero. O projeto é coordenado e desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania Gays, Lésbico, Bissexual e Transexual da Universidade Federal de Minas Gerais (Nuh/UFMG) – em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura de Contagem, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, o Centro de Referência GLBT de Belo Horizonte, o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!), o Instituto Horizontes da Paz e o Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual (CELLOS-MG) –, sendo financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC). O projeto se justifica a partir dos mais variados diagnósticos que indicam forte índice de violência física e humilhação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nas escolas, tendo como consequência a expulsão de muitos/as estudantes LGBT. Além disso, a homofobia como uma violência corriqueira está invisibilizada no contexto da educação escolar, necessitando de intervenções que auxiliem gestores/as, educadores/as e demais agentes envolvidos/as na comunidade escolar a identificarem, nomearem e combaterem essa forma de violência física e simbólica.

A preparação do curso iniciou em dezembro de 2007 e seguiu até dezembro de 2008. O público alvo constituiu-se de 240 educadores/as das redes municipais de ensino de Belo Horizonte e Contagem, de Minas Gerais. A equipe de coordenação do projeto foi formada com a participação de integrantes dos grupos supracitados no intuito de que o movimento social LGBT pudesse elaborar junto aos demais agentes os módulos a serem desenvolvidos, ministrando aulas e oficinas, enfim, participando do coletivo que conduziria o curso. Participaram da equipe de elaboração e coordenação da proposta estudantes de graduação e de pós-graduação em Psicologia (graduação, mestrado e doutorado) que possuem atividades de ensino e extensão junto ao projeto. Esses/as estudantes desenvolvem pesquisas no âmbito do Programa Educação sem Homofobia, sobretudo focando a questão da formação de professores/as para o enfrentamento ao preconceito e a valorização dos direitos sexuais e humanos no âmbito escolar.

O objetivo geral do Projeto Educação sem Homofobia foi questionar práticas, posturas, princípios e valores presentes no ambiente escolar que reproduzem e legitimam as hierarquias sexuais, naturalizando a norma heterossexual e invisibilizando/inviabilizando outras possibilidades de manifestação das sexualidades. Além disso, tem como objetivo central a construção de propostas interventivas por parte dos/as professores/as frente ao silenciamento das escolas sobre a diversidade sexual, entendendo que esse silêncio sobre as homossexualidades na educação tem colaborado para que a escola como instituição seja cúmplice da violência existente e crie condições para legitimar atos homofóbicos e de humilhação no interior de suas práticas educativas. Nesse sentido, esse primeiro curso de capacitação do Projeto Educação sem Homofobia, desenvolvido na UFMG, buscou promover a criação de projetos particulares produzidos pelos/as professores/as da rede pública para o enfrentamento da homofobia em seus cotidianos de trabalho. Assim, de forma focalizada, pretendeu-se formar educadores/as para que tenham capacidade interventiva de romper o silêncio cúmplice da violência aos direitos humanos da comunidade LGBT. Portanto, almejamos fomentar a escola como instituição do político com função de alargar a esfera pública não estatal. Desse modo, a comunidade escolar pode configurar-se além das transmissões de conteúdo e do controle dos corpos. Ela poderá ser, efetivamente, um espaço de reconhecimento, análise e intervenção nos padrões heteronormativos.

Para isso, elencamos três objetivos específicos que se tornaram eixos orientadores dos módulos do projeto: Direitos Humanos, Sexualidades e Metodologias de Intervenção. Assim, objetivamos a instrumentalização dos/as participantes para a análise institucional, capacitando-os/as para a formulação/aplicação de ações visando o reconhecimento da diversidade sexual, o combate à homofobia e ao sexismo e a promoção da cidadania e da cultura de paz nos espaços de convivência escolar.

Esses objetivos específicos foram desenvolvidos através de aulas, oficinas, visitas a grupos e associações LGBT, participação na Parada LGBT de Belo Horizonte e Contagem e a caminhada das lésbicas de Belo Horizonte. Assim, o programa realizou um conjunto de ações que não se limitou à formação conceitual, mas, sobretudo, proporcionou a experiência social com os/as participantes e a relação destes/as com os diferentes movimentos sociais LGBT das cidades em tela. Talvez a ação mais importante com os/as professores/as da rede pública não tenha sido a transmissão conceitual daquele programa básico, fundamentado em três eixos norteadores: relações de gênero, o que é orientação sexual, identidades de gênero, a escola como políticas do armário etc. O mais relevante foi a experiência de ter contato com a visibilidade

das experiências LGBT. Em nosso curso, é previsto que os/as professores/as da rede devem descobrir na cidade os espaços de manifestação LGBT, sejam culturais, sejam de “pegação”, sejam sexuais ou outros. Duas experiências tornaram-se marcantes do possível litígio que as escolas terão de lidar. A primeira foi a ida dos/as professores/as à Parada LGBT juntamente conosco, o que criou elementos na sala de aula das escolas públicas impensáveis por nós e por eles/as, dando condições de nomear as hierarquias sexuais até então invisíveis naquele cenário. A segunda é a organização política desses/as professores/as frente à homofobia interna da UFMG quando, ao ocuparem as salas de aula da universidade pública, são enfrentados pelo trote homofóbico e resolvem organizar uma mobilização na reitoria no sentido de mais uma vez oferecer palavras para o impensável.

### **Para além do preconceito: sujeitos políticos em atos de desclassificação**

Esses dois acontecimentos aqui relatados, no mesmo âmbito – a escola –, com os mesmos atores – ativistas, estudantes e professores/as – e sobre e mesma questão – a homofobia –, têm nos mostrado o quanto é ainda pouco conhecida a lógica de construção da homofobia e seus vínculos, sua dinâmica e formas de expressão. A nuance da homofobia internalizada tem sido bastante investigada, a qual “consiste na canalização para o *self* do próprio homossexual de todas as atitudes de valor negativas, levando a desvalorização desse *self*, resultando em conflitos internos e pouca autoestima” (PEREIRA; LEAL, 2005, p. 323). Dessa maneira, Pereira e Leal (2005) pressupõem que, ao assumir-se a homossexualidade (*coming out*), a homofobia internalizada tende a diminuir, ocorrendo um “ajustamento” saudável do sujeito.

Essa análise da homofobia, ao focar no indivíduo e numa visão psicologizante do fenômeno, acaba por ignorar mecanismos sociais, relacionais e intersubjetivos da construção da homofobia como um sistema de opressão que abrange distintos âmbitos que se interseccionam (PELEGRINNI, 1992). Assim, as pesquisas psicológicas que têm estudado a homofobia internalizada parecem ser ainda limitadas para a análise da homofobia como um sistema interestruturado de opressão que busca a manutenção de hierarquias sociais e de controle de alguns sobre outros. Não por outro motivo, o que se intentou neste artigo foi, a partir dos acontecimentos apresentados, abarcar a dinâmica da homofobia nos âmbitos interpessoal e institucional, considerando que a homofobia tem, portanto, uma dimensão psicológica e social.

Do ponto de vista psicológico, romper com a homofobia assimilada diz respeito a superar barreiras impostas pelo

conjunto de valores assumidos como corretos. Este conjunto, muitas vezes, se impõe como uma impossibilidade de que a experiência homossexual seja vivenciada como uma experiência legítima. Assumir a legitimidade desta experiência significaria, portanto, navegar por um reposicionamento na própria história individual e coletiva, já que os valores morais são constituidores das identidades e das culturas. Do ponto de vista social, a homofobia impede que os indivíduos encontrem legitimidade para que o esforço psíquico individual de se assumir homossexual se consolide em uma identidade menos subordinada, além de legitimar formas violentas de expressão de ódio e do preconceito (PRADO; MACHADO, 2008, p. 76).

O esforço de reconhecer a lógica, a dinâmica e as formas de opressão da homofobia para além dos comportamentos individuais tem sido, portanto, um caminho que nos remete diretamente para aquilo que Rancière (1996) denomina como sendo o duplo da política: a divisão do mundo do sensível como práticas singulares que inauguram uma ruptura com a lógica da dominação.

Esse tipo de proposição permite-nos vislumbrar que, nas *relações subordinadas*, a ordem social não é compreendida como historicamente construída e contingente à ação humana (LACLAU; MOUFFE, 1996). Portanto, tal ordem social aparece como sendo natural, fundacional e funcional da organização social. Isso acontece porque, nesse tipo de relação social, a hierarquia se apresenta como algo absolutamente necessário para a reprodução da sociedade e institui uma complementaridade entre diferentes posições identitárias. Temos como exemplo as relações entre chefe e subordinados, jovens e adultos e muitas outras que historicamente ainda não vislumbram espaços de disputa. Diferentemente dessa posição, nas *relações de opressão*, os atores sociais subordinados anteriormente reconhecem na inferiorização social uma injustiça historicamente construída, tomando a ordem social como objeto de questionamento, reflexão e interpelação (LACLAU; MOUFFE, 1996). Aqui se faz necessária não só a comparação histórica, mas também a inovação histórica ou a continuidade e a ruptura. Pode-se reconhecer, nessa forma de relação, que os seguintes processos são de elevada importância: o exercício da desconstrução de significados cristalizados e rígidos, o enfrentamento político na arena pública e a configuração de uma identidade coletiva como sinônimo do processo de constituição de um *nós* capaz de nomear esse novo universo que antes ocupava uma universalidade virtual. No seio das *relações de opressão*, está o anúncio dos limites da

objetividade e da inteligibilidade do social. Assim, as relações, por serem compreendidas como históricas e não naturais, podem ser postas em xeque.

Indubitavelmente, pode-se concluir que a emergência dos sujeitos políticos aponta para a crise da inteligibilidade da ação social. Como a crise decorre da consequência da crítica, pode-se verificar, então, que o sujeito político é a experiência da crise do pactuado das hierarquias funcionais. Se a política pode ser compreendida, como aponta Rancière, a partir da expansão e do encolhimento dos conceitos de polícia e política, resta-nos imaginar que o litígio colocado pela emergência dos sujeitos políticos inaugura então a própria política, a desclassificação do impensável.

## Referências

- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BLUMENFELD, Warren, J. Squeezed into Gender Envelopes. In: BLUMENFELD, Warren J. (Ed.). *Homophobia: how we all pay the price*. Boston: Beacon Press, 1992.
- BUTLER, Judith. La cuestión de la transformacion social. In: BUTLER, Judith. *Desacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006, p. 289-328.
- GABINETE DO REITOR. *Ofício GR. N° 118/2008*. UFMG, 18 de março de 2008. Belo Horizonte, 2008.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*, London: Verso, 1996.
- MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. London: Verso, 2000.
- PELLEGRINI, Ann. S(h)ifting the Terms of Hetero/Sexism: Gender, Power, Homophobias. In: BLUMENFELD, W. J. (Ed.). *Homophobia: how we all pay the price*. Boston: Beacon Press, 1992, p. 39-56.
- PEREIRA, Henrique; LEAL, Isabel, P. Medindo a homofobia internalizada: a validação de um instrumento. *Análise Psicológica*, 3 (XXIII): 323-328. Lisboa, 2005.
- PÉREZ, Fernando Villamil. Political Economy of the Closet: Politics of Silence, Politics of Authenticity. *Revista Psicologia Política*. v. 4, n. 8, jul./dez. São Paulo, 2004.
- PRADO, Marco Aurélio. M.; MACHADO, Frederico V. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. *Coleção Preconceitos*, v. 5. São Paulo, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, A. (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Minc-Funart/Companhia das Letras, 1996, p. 367-382.
- RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: ABELOVE et al. *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: Routledge, 1993, p. 3-44.